



## Resumo de Notícias

27/04/2016 - Telesíntese

### Procurador Federal deixa Anatel

**Victor Cravo foi exonerado hoje do cargo, a pedido. Sua substituta também saiu. O interino nomeado é Paulo Firmeza Soares.**

Victor Cravo foi exonerado hoje, 27, a pedido, do cargo de Procurador Federal Especializado da Anatel. Ele estava na função desde 2011 para substituir Marcelo Bechara, que assumia o cargo de conselheiro.

Cravo trabalhou na Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, quando se aproximou de Rodrigo Zerbone, com quem trabalhou como assessor na Anatel antes de ser guindado para o cargo.

Ele é integrante da carreira de Procurador Federal da Advocacia Geral da União desde 2006, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE) e especialista em Regulação das Telecomunicações pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel).

Contava com apoio do presidente da Anatel, João Rezende, mas, com o passar do tempo, manteve posições bastante ortodoxas, afastando-se bastante até mesmo de seus mentores. A sua substituta, Fernanda Bussacos, também deixa o cargo.

Assume interinamente a função Paulo Firmeza Soares.

27/04/2016 - Telesíntese

### Empresa de análise de risco volta a rebaixar nota de crédito da Oi

**Perspectiva é de novo rebaixamento. A S&P's considera improvável uma elevação da nota no curto prazo, que só aconteceria se a Oi recebesse capital para reduzir a alavancagem.**

A Standard & Poor's voltou a rebaixar a nota de crédito da Oi ontem à noite, 26. A empresa de análise de risco interpretou o anúncio de acordo de confidencialidade entre a concessionária e o grupo Moelis & Company, que representa parte dos donos de bônus da tele, como indicativo de que haverá uma reestruturação da dívida ou uma oferta de troca "sob condições desfavoráveis". Espera, ainda, que a reestruturação aconteça em até seis meses.

As notas foram rebaixadas de CCC para CCC- na escala global, que se refere a títulos vendidos no exterior, e de brCCC para brCCC- na escala nacional. A S&P's não alterou a expectativa de recuperação média da operadora, em caso de default. Nesse caso, conti-

nua entre 30% e 50%.

"A perspectiva negativa dos ratings de crédito corporativo indica a possibilidade de um novo rebaixamento, para 'CC', nos próximos seis meses se a Oi anunciar uma oferta de troca ou reestruturação similar que muito provavelmente avaliaríamos como distressed ou equivalente a um default", ressalta a empresa de análise de risco. A S&P's considera improvável uma elevação no curto prazo da nota, o que só aconteceria se a Oi recebesse capital para reduzir a alavancagem.

A Oi tem uma dívida bruta de R\$ 54,9 bilhões e poderia entrar em default, segundo simulação da S&P's, no segundo semestre deste ano, caso falhe em reestruturar a dívida.



## Resumo de Notícias

26/07/2016 - Telesíntese

# Nova versão do PL de Telecom obriga oferta de internet ilimitada

O PL, em síntese, acrescenta um parágrafo para contestar integralmente a avaliação feita pelo presidente da Anatel, João Rezende, de que os planos ilimitados de internet estão com seus dias contados. E obriga as operadoras a ofertarem planos de serviços sem franquia de consumo. E "deverão ser oferecidos para toda a gama de velocidade de conexão colocada à disposição dos assinantes, a preços razoáveis", estabelece o parágrafo único deste novo artigo 8 acrescentado no projeto. A votação ficou marcada para o dia 11 de maio.



A comissão especial resolveu adiar, pela última vez, atendendo o pedido do PSOL e do PT, a votação do projeto de lei 7406-15, que trata de remodelar o setor de telecomunicações e marcou a sua votação final para o dia 11 de maio. O adiamento se justifica porque o relator, deputado Jorge Tadeu Mudalem (DEM-SP), fez três mudanças na versão final. Entre as modificações, resolveu acrescentar um artigo sobre o tema preferencial do momento - a oferta de serviço da banda larga fixa.

Além de tornar obrigatória a oferta de planos ilimitados de banda larga fixa, o novo texto acabou com a grande disputa que ocorria na comissão - a tentativa de transformar as licenças de TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura) em concessão de TV aberta. Era uma disputa entre duas igrejas evangélicas. No final, esse tema foi retirado da pauta da comissão, para ser incluído no PL 6789-2013, com tramitação na comissão de Ciência e Tecnologia.

Foi feita também pelo relator mudança na redação

do artigo 27 do projeto, referente a construção de obras de infraestrutura, e no artigo 9, que resgatou o projeto original aprovado no Senado Federal, ao estabelecer a necessidade de as operadoras avisarem com sinal sonoro o consumo da tarifa do celular. Aliás, esse foi o projeto original aprovado pelo Senado que motivou a criação especial na Câmara, que culminou com esse PL, que está fazendo profundas mudanças no marco legal de Telecom.

A importância desse projeto sobre centenas de outros que estão no Legislativo é que, por ter sido debatido em Comissão Especial, sua tramitação é bem mais rápida, com a votação terminativa nesta única comissão. A única barreira para sua aprovação após o dia 11 será se 50 deputados assinarem requerimento para que ele seja aprovado pelo plenário da Câmara.

Após passar pela Câmara, ele volta para o Senado, que não pode mais fazer alterações ao que foi aprovado pelos deputados. Os senadores podem somente rejeitar em bloco as mudanças sugeridas ou aprovar na íntegra o que veio da Câmara baixa.

### Telefonia Fixa

A deputada Luiza Erundina (PSOL-SP) pediu o adiamento da votação porque acha que ele tem pontos contraditórios com a proposta do governo e mesmo da Anatel e quer ouvir também o movimento popular. Ela está preocupada com o fato de o projeto acabar com o serviço público da telefonia fixa e com o Fust para os serviços públicos. "O caráter público da telefonia fixa acaba. E isso é muito preocupante", afirmou.



## Resumo de Notícias

27/04/2016 - Vermelho

# Carina: Nossa defesa não é de um governo, mas sim da democracia



Presença permanente nas manifestações contra o impeachment de Dilma Rousseff, a presidenta da União Nacional dos Estudantes, Carina Vitral, de 26 anos, afirma que não é a favor do governo, mas contra a legitimidade do impeachment. Em entrevista nessa terça-feira (26) ao programa Espaço Público, da TV Brasil, ela disse que as manobras feitas para retirar uma presidenta do poder provocam danos ao país.

“Os movimentos seguem nas ruas para contrapor o que acontece no Congresso Nacional e para derrotar politicamente o impeachment. A gente mesmo [da UNE] tem várias críticas na área da educação, do programa de governo e do que foi esse segundo mandato da presidenta Dilma. Mas a gente acha errado ‘impichar’ [afastar por meio de impeachment] uma presidenta sem que haja crime de responsabilidade, sem que haja prova”, afirmou.

O processo de impeachment foi aceito na Câmara, por 367 votos a 137, e agora está em discussão na comissão especial do Senado.

Carina é contrária a eleições gerais e afirma que defender eleições agora é legitimar democraticamente

um golpe. “É dar o verniz democrático que eles precisam para o golpe fajuto”, destacou. Ela afirma ainda que a condução do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deslegitima o processo.

“Dilma foi torturada na ditadura e torturada na democracia. O que é Jair Bolsonaro dedicar o voto dele ao torturador da Dilma?”, questionou Carina. No momento do voto na sessão de votação, na Câmara, da admissibilidade do impeachment de Dilma, o deputado Jair Bolsonaro (PSC-R) exaltou a ditadura militar e a memória do coronel Carlos Brilhante Ustra – um dos chefes do DOI-Codi em São Paulo, local onde diversos presos políticos foram torturados.

A estudante criticou duramente os líderes dos movimentos a favor do impeachment de Dilma, os quais chamou de líderes fake. “Acho que são líderes montados e colocados ali pra tentar conquistar a juventude que não foi pra rua nas passeatas da direita.” Carina disse ainda que, nas passeatas contra a Dilma, não há jovens e que a maioria dos manifestantes tem mais de 40 anos e formação universitária.

### Educação

Para ela, é preciso mobilizar o governo e o Congresso para mais ações que beneficiem as camadas mais pobres e excluídas, a implantação do Plano Nacional de Educação, valorização do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Em uma avaliação dos avanços na área educacional na última década, Carina Vitral cita a criação de novas universidades, a Lei das Cotas e a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que tem se consolidado como alternativa ao vestibular.

**Assista o vídeo com a íntegra da entrevista:**

**<https://youtu.be/OoKyZ3M5mTQ>**





## Resumo de Notícias

26/04/2016 - Vermelho

# As esperanças frágeis de FHC, o falastrão golpista

O repórter Murilo Ramos escreveu no site da revista *Época*, neste domingo (24), que o PSDB parece não querer associa-se às medidas impopulares que um eventual governo Temer venha a tomar.

Temer, desde que o impeachment tomou impulso na Câmara dos Deputados, sob o comando de um réu no STF, o deputado Eduardo Cunha, tenta montar seu ministério golpista. Fala em “governo de conciliação nacional”, que queria formado por “notáveis” da área financeira, claro. E aceitáveis para ela. Mas seu êxito tem sido escasso, como é revelado primeiro pelas divisões no campo golpista, em torno da divisão do botim.

Muitos entre os tais “notáveis” (banqueiros, juristas, economistas, empresários, etc.), sondados por Temer, não aceitaram a incumbência. Mesmo políticos – desde os conservadores mais tradicionais até a nova direita (do DEM ao PPS, SD e mesmo o PSB) – entraram em luta aberta e não se entendem em torno da partilha ansiada por eles. O próprio PSDB chegou a vacilar em participar de um eventual – e, se houver, contestado pelo país e, tudo indica, breve – governo Temer.

O movimento social, os brasileiros, as forças que se mobilizam hoje contra o golpe, não darão trégua nem sossego a um eventual governo golpista. Mesmo porque a tarefa principal desse governo ilegítimo será implantar as tais medidas “impopulares” e reverter os ganhos alcançados desde a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

Falam, abertamente, em aumentar o tempo para que o trabalhador possa se aposentar, flexibilizar as leis trabalhistas, acabar com a política de valorização do salário mínimo e reduzir drasticamente os gastos públicos. Cortarão em programas sociais como o Bolsa Família (que um economista ligado aos golpistas já declarou ser muito “generoso”!) e o Minha Casa Minha Vida. Querem também eliminar a obrigatoriedade dos gastos fixos (pela Constituição) nas áreas da saúde e da educação, e por aí segue o remédio amargo que os conservadores, sempre que controlam o governo federal, enfiam goela abaixo do povo e dos trabalhadores.

Temer “é o que temos”, disse Fernando Henrique Cardoso em entrevista publicada hoje (26) na golpista Folha de S. Paulo.

Difícilmente seu eventual governo será de “conciliação nacional”, nem trará estabilidade ao país.

Isto ajuda a entender a posição do ex-presidente neoliberal nessa entrevista. Sendo um dos capitães do time golpista, ele reconhece que a presidenta Dilma Rousseff “não é criminosa. O processo é político. Com base jurídica, mas é político”. Como se, no Brasil, vigorasse um regime parlamentarista e não presidencialista! Mas ele vai adiante nesse mesmo tom mistificador: “Quando você perde a capacidade de agregar e de dar direção ao país, fica numa posição frágil”, disse.

Ao reconhecer que Dilma está sendo atacada em um processo “político”, FHC deixa em segundo plano os aspectos jurídicos essenciais e exigidos pela lei para caracterizar crime de responsabilidade.

Mais importante, contudo, é a defesa que ele faz da participação de seu partido, o PSDB, num eventual governo golpista. Disse que o partido tem obrigação de aderir ao eventual governo de Michel Temer porque ajudou a derrubar Dilma. Mesmo que fique a reboque do PMDB, disse – e este talvez seja o ponto que explique a entrevista.

O cardeal emplumado manifesta insegurança quanto à estabilidade – e mesmo continuidade – de um governo sem legitimidade e repudiado pela nação. Tergiversa em torno dessa questão fundamental. Disse ainda, de forma manipuladora, que Temer “tem a legitimidade democrática, porque teve tantos votos quanto a Dilma, embora muitas pessoas não saibam” – como se os votos dados à cabeça de chapa, Dilma Rousseff, indicassem automática aprovação eleitoral ao vice!

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/279910-1>



## Resumo de Notícias

26/04/2016 - RBA

# Central das Américas faz congresso no Brasil com Mujica e Lula

**CSA considera mobilização pelo impeachment um "ataque contínuo dos setores políticos mais conservadores e reacionários"**

A Central Sindical das Américas (CSA) abre na noite de hoje (26) seu terceiro congresso, que será realizado em São Paulo. Às 17h de amanhã, estão previstas as presenças dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José "Pepe" Mujica. As brasileiras CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT, além da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL), são filiadas à CSA, que reúne 56 centrais de 22 países, com quase 60 milhões de trabalhadores na base. Entre delegados e convidados de 40 países, 500 pessoas devem participar do evento, que vai até sexta-feira (29).

Na semana passada, a CSA divulgou nota contra o processo de impeachment, referindo-se à decisão tomada pela Câmara no último dia 17 como um "ataque contínuo dos setores políticos mais conservadores e reacionários, junto a interesses econômicos nacionais e internacionais e com auxílio

direto das grandes corporações de mídia". Por trás dessa iniciativa, estaria uma ofensiva contra "a agenda de avanços sociais e políticos dos últimos 13 anos".

Para a central, o "golpe parlamentar" visaria ainda a retomar a orientações de interesses geopolíticos dos Estados Unidos e "desmantelar os processos de integração dos quais o Brasil é peça-chave", como Mercosul, Unasur, Celac e Brics. A entidade pede a organismos internacionais, como OEA, Celac, Unasur e Mercosul, além das Nações Unidas, que continuem "dando respaldo à institucionalidade democrática e ao Estado de direito no Brasil".

No último dia do congresso vão discursar o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, e o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto.

26/04/2016 - RBA

# Relator do impeachment também fez 'pedaladas' no governo de Minas

**Anastasia e seu antecessor Aécio Neves respondem a processo na Justiça por descumprimento da obrigatoriedade de gasto mínimo na Saúde**

Antonio Anastasia – e seu antecessor Aécio Neves – respondem no Ministério Público Federal por uma ação civil pública contra o Estado de Minas Gerais, devido ao descumprimento da Emenda Constitucional 29/2000, que fixa a obrigatoriedade de aplicação do percentual mínimo de 12% do orçamento em ações e serviços de saúde pública, como atendimentos de urgência e emergência, investimentos em equipamentos e obras nas unidades de saúde, acesso a medicamentos e implantação de leitos.

De acordo com o MPF, entre 2003 e 2012, o governo estadual descumpriu sistematicamente preceitos legais e constitucionais, "em total e absurda indiferen-

ça ao Estado de Direito", efetuando manobras contábeis para aparentar o cumprimento da EC 29.

Por dez anos "R\$ 9.571.062.581,53 (nove bilhões, quinhentos e setenta e um milhões, sessenta e dois mil reais e cinquenta e três centavos) deixaram de ser aplicados no Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Estado de Minas Gerais".

Abaixo notícia da Procuradoria da República de Minas Gerais, de agosto de 2015, quando ingressaram com a ação civil pública:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/relator-do-impeachment-no-senado-tambem-fez-pedaladas-quando-era-governador-de-mg-4484.html>